

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE OS ANOS INICIAIS

Alexsandra Souza Santos¹; Aluska Souza santos²

¹Prefeitura Municipal de Campina Grande, alexsandrasouzasantos86@gmail.com

²Universidade Estadual da Paraíba, aluskmate@gmail.com

Resumo

O estudo analisa as políticas públicas educacionais e sua relação com a formação docente nos anos iniciais do ensino fundamental. O trabalho investiga as transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro a partir das reformas educacionais e da sociedade do conhecimento. A pesquisa discute o papel do currículo, da avaliação e dos programas de formação docente na organização da prática pedagógica. O estudo utiliza abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores que tratam das políticas educacionais, da formação de professores e da prática docente. Os resultados mostram que as políticas públicas orientam a organização do sistema de ensino e fortalecem a formação continuada dos professores, mas também revelam desafios relacionados às condições de trabalho, à centralização das avaliações e à articulação entre teoria e prática. O trabalho conclui que a formação docente se apresenta como elemento essencial para a melhoria da qualidade da educação e para o fortalecimento da prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Educacionais. Formação docente. Prática pedagógica.

Introdução

As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir das reformas educacionais dos anos 1990 e início do século XXI trouxeram novas exigências para o trabalho docente, exigindo profissionais mais preparados para lidar com a diversidade cultural, com as mudanças curriculares e com as demandas de uma sociedade marcada pela globalização e pela sociedade do conhecimento. Nesse cenário, compreender como as políticas públicas influenciam a formação continuada e a prática docente torna-se fundamental para analisar os desafios e as possibilidades da educação contemporânea.

A literatura educacional destaca que a sociedade do conhecimento e as mudanças culturais influenciam diretamente o sistema educacional, exigindo novas políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada dos professores. Autores como Gatti, Barretto e André (2011), Tedesco (2010) e Freitas (2007) defendem que os

investimentos governamentais na formação docente são essenciais para promover uma educação de qualidade e garantir uma prática pedagógica eficaz.

Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com análise de autores que discutem as políticas públicas educacionais, a formação de professores, o currículo e a prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental. A investigação baseia-se em estudos teóricos e documentos educacionais que tratam das reformas educacionais, das políticas de formação docente e das transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro, buscando compreender as contribuições dessas políticas para a melhoria da prática pedagógica.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas públicas educacionais e sua relação com a formação docente e a prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental. Como objetivos específicos, busca-se: discutir as políticas públicas voltadas para a formação de professores; compreender os desafios da prática docente na sociedade contemporânea; e refletir sobre a importância da formação inicial e continuada para a melhoria da qualidade da educação.

Políticas Públicas e a Formação Docente nos Anos Iniciais

Na sociedade contemporânea, que alguns autores chamam de sociedade do conhecimento, em que se discute sobre a importância dos direitos humanos, o indivíduo é essencial para a organização sociopolítica. Para isso, tem-se imbricado a ideia dos direitos humanos. A educação é consagrada como um direito subjetivo inalienável das pessoas, que possibilita a luta por uma escola de qualidade na formação social, cultural e política dos sujeitos educativos. Essa sociedade do conhecimento desenvolve-se nos limites de uma modernidade líquida, em que as noções, os conceitos e todas as relações humanas fluidificaram, ou seja, adotaram sua forma líquida, transeunte, cambiante, cuja qualidade específica reside em não suportar força tangencial, alterando, portanto, suas formas quando submetidas à tensão. Nesse processo, deixa de fixar o espaço e de prender o tempo (Bauman, 2001).

Canclini (2005) contribui com esse debate, mostrando a necessidade de as abordagens teóricas organizarem as inovações, no campo educacional da sociedade contemporânea, e tentarem explicar as desigualdades e as razões que levam as pessoas a estarem desconectadas da atual realidade social do conhecimento, como também as consequências e as condições nas quais vivem esses indivíduos.

A sociedade de hoje é marcada pelo debate em torno das diferenças. Antes, os diferentes, que fugiam do padrão social, eram escondidos, porém, atualmente, começaram a aparecer, e como a educação faz parte dessa sociedade, acaba sofrendo influências dessas transformações e precisa se adaptar a essas mudanças. Essas tendências são forças sociais que colocam novas condições para se conduzirem as redes educacionais.

Os desafios candentes que são colocados ao governo da educação e às suas políticas, em particular às questões da formação de docentes e de seu trabalho, tem-se originado dos desconfortos anunciados por diferentes grupos sociais em diferentes condições, que expõem suas necessidades e de demandas e geram suas reivindicações expressas por vários meios. (Gatti; Barretto; André, 2011, p.24)

Diante das novas condições sociais em que os indivíduos estão inseridos, as crianças chegam à escola com uma bagagem de aprendizagens sociais prévias. Isso mostra que a clientela da escola requintava outras demandas apresentando outras posturas e perfis diversificados, por isso cabe ao professor trabalhar olhando para a realidade dos alunos, desenvolvendo uma prática mais contextualizada com o espaço escolar.

A situação da educação brasileira, que hoje se apresenta de forma problemática, tem caráter histórico. Para se observar, a escola tem que se perceber ante às mudanças ocorridas na educação brasileira e às imbricações dessas renovações no contexto escolar. Então, é necessário verificar o que antecedeu no Brasil, no decorrer dos anos 90 para início dos anos 2000, e o que repercute na educação e na formação de professores. Freitas (2007) enfoca que, no Brasil, houve uma ascensão do Estado avaliador, onde se prima pela qualidade decorrente do processo da reforma da administração pública. O novo papel do Estado, como órgão avaliador, põe em foco o rearranjo institucional e administrativo estratégico para a concretização do projeto de modernização conservadora.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a reforma e a redefinição do papel do Estado trouxeram mudanças para a área educacional, provocando uma reestruturação nos processos educativos. Segundo Martins *apud* Silva (2004), as estratégias políticas dos anos de 1990 oriundas do governo Itamar Franco não deram um salto quantitativo para favorecer os interesses sociais e educacionais. A mais importante iniciativa do governo Itamar Franco para a educação foi o Plano Decenal de Educação para Todos, que visava à garantia do acesso à escola para todos, sem exceções. Cidadania e democracia eram privilegiadas nesse plano de educação.

A proposta da reforma educacional dos anos de 1990 orienta as escolas a promoverem a descentralização, a autonomia escolar, a participação, a cogestão comunitária e a consulta social. Todos esses fatores estão voltados para atender às

exigências de uma sociedade capitalista e globalizada, já que a educação é a fonte de concretização dos ideais dos projetos neoliberais (Neto e Rodriguez, 2007).

Tardiff e Lessard (2005) retratam o crescimento do setor de serviços, tanto em países avançados quanto nos emergentes. Então, entram em foco os profissionais que lidam com o conhecimento. Esse aumento no setor de serviços é devido ao crescimento das informações e de suas formas de circulação.

Nessa perspectiva, o ensino escolar tem um papel de suma importância no contexto cultural e político, é uma porta para a formação da sociedade. É por isso que Tardiff e Lessard (2005) consideram os professores um dos mais importantes grupos ocupacionais da sociedade moderna atual, que exerce uma influência considerável no setor econômico do país.

Cabe, de início, destacar a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996, que veio como uma estratégia de mudanças e legalização de iniciativas educacionais. Uma das medidas dessa lei é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), como regulador dos recursos destinados à educação. Como recursos oriundos desse fundo, destacam-se a remuneração e a formação dos docentes e as demais despesas do sistema de ensino (Brasil, 2004).

Gatti *et al.* (2011) discutem sobre as políticas de currículo, eixos importantes na concepção de sistema educacional e na concretização da função social da escola, cujo protagonista dessa ação é o professor. Com a Lei nº 9394/1996 (LDB), o governo consolidou a criação de referenciais curriculares como um processo contínuo, flexível e contextualizado. Então, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental e o médio, nos quais o currículo se reestrutura em torno das áreas de conhecimento que vão além dos conhecimentos das disciplinas básicas, porque tratam de saberes e temas transversais do cotidiano dos educandos.

Dessa maneira, o currículo tem sua base obrigatória e consolidada, complementada por uma esfera diversificada e que esteja de acordo com as diferenças regionais e o pluralismo cultural. Com as transformações ocorridas na área curricular, o MEC criou o Plano Nacional do Livro Didático, e o guia do professor passou a ser escolhido pelo docente, que tem a oportunidade de selecionar o livro que mais se adequa à sua realidade escolar onde atua.

Além das avaliações do SAEB, outro dispositivo utilizado para a avaliação foi a Prova Brasil, como uma proposta de avaliação censitária do rendimento dos alunos. Tem também o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador utilizado para medir a qualidade do ensino e propor a meta de que, até 2021, a educação brasileira deverá participar do Programa Internacional de Avaliação da Aprendizagem (PISA). Diante desses aspectos, podemos inferir que os mecanismos criados para avaliar a educação foram voltados para mensurar o sistema de ensino e subsidiar as políticas públicas.

Segundo Tedesco (2010), as políticas voltadas para a formação docente estão ancoradas nas ações governamentais. Ele coloca que é crucial porque traz uma credibilidade para a questão da preparação de professores, e isso mostra que a sociedade precisa da educação, caso contrário, os governantes não estariam investindo em educação num âmbito federal, em prol de um objetivo, que é de construir uma sociedade mais justa e solidária. Com isso, precisamos de uma escola justa e para ter uma escola justa precisamos de professores que assumam esse compromisso, traz o autor supracitado.

Vale salientar que, para descobrir quais os caminhos efetivos para uma educação de qualidade e uma aprendizagem mais significativa para os alunos, é preciso conhecer o trabalho dos professores e ouvi-los. Só assim se pode entender o que se passa numa sala de aula. Por isso o foco das pesquisas em torno da formação de professores está sendo o próprio professor, aspecto sobremaneira importante para o desenvolvimento de pesquisas na área escolar. Além desses aspectos, outros são focalizados, a saber: a infraestrutura das escolas, as formas de educação, a valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, enfim, tudo o que influencia direta ou indiretamente o sistema educacional.

Imbernón (2006) considera a ideia da qualidade na educação, e não, a quantidade, mesmo tendo em vista que a docência trabalha com uma enorme demanda. Sabe-se que nosso sistema educacional exige números, no entanto, cremos que, para esses números representarem uma educação solidária e democrática, é preciso investir na qualidade de ensino. Nesse sentido, investir em qualidade na educação significa investir no professor. Sobre essa questão, Vaillant (2006) demonstra um fato bem evidente nos dias atuais - o abandono da sala de aula - isto é, o espaço de ensino e aprendizagem não encanta mais, e os professores estão fazendo de tudo para sair de sala de aula, porque a carreira docente perde seu brilho como profissão importante para a sociedade.

Para solucionar esse problema, vêm-se criando programas de capacitação para a formação inicial. Acredita-se que, quando se investe em quem está chegando, é mais fácil

fazer com que eles permaneçam até o final. Salta à vista a necessidade de adotar uma estratégia de ação articulada entre as diferentes instâncias que formam professores e as que admitem como docentes (Gatti et al., 2011).

A educação é uma ação interventiva na formação do ser humano em todos os aspectos sociais, econômicos, pessoais e culturais. E como cabe ao Governo Federal promover a qualificação profissional docente, ele começou a agir e a criar medidas para a promoção inicial e continuada. Uma delas é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da educação a distância. Trata-se de um sistema integrado por instituições públicas de ensino superior, destinado a pessoas que têm dificuldades de ingressar no curso superior e para professores da rede pública e que atuam fora de sua formação (Freitas, 2007).

Gatti (2008) enfatiza que a formação inicial de qualidade é um elemento ímpar no tocante ao aperfeiçoamento da prática educativa desenvolvida no espaço escolar. Essa autora destaca que, se essa formação inicial não atender às exigências do âmbito educacional, isso exigirá uma formação continuada, o que implicará mais gastos para a implementação de políticas de preparação docente.

Os currículos institucionais que foram implantados para a formação de professores, para os alunos dos anos iniciais, estão fundamentados nas diretrizes do Ministério de Educação, mas não há uma concordância com a realidade da sala de aula. Silva Júnior (2010) constata que, no Brasil, não formamos professores para a educação básica, mas para as áreas de conhecimento disciplinar, e a essência da realidade escolar não é enfatizada, o que gera professores mal preparados.

Vivemos num contexto em que se debate a formação docente em seus múltiplos aspectos, seja inicial ou continuada, e se repensam os cursos de licenciatura no sentido de perceber de que modo estão preparando esses profissionais e de que modo repercutem na prática pedagógica. Mesmo com esse entrave, não são tomadas iniciativas para melhorar e aperfeiçoar os cursos já existentes voltados para a formação de professores, pelo contrário, há um investimento maior na criação de programas e não se mexe no que já existe. No entanto, não podemos deixar de enfatizar que “o poder público tem desenvolvido uma política de ampliação de sua participação nos cursos voltados para a formação docente” (Gatti; Barretto; André, 2011, p. 135).

Gadotti (2002), inspirado em Paulo Freire, fala do ato docente como um sonho, algo bonito e utópico, no entanto, o autor aborda também que esse lindo sonho, quando

deparado com a realidade, torna-se um pesadelo. Ele afirma isso ao declarar que suas alunas do Curso de Licenciatura se preparam para ser professoras, mas, quando vão para a sala de aula, desencantam-se e acabam ingressando em outras profissões.

No Brasil, o professor é desvalorizado porque educação é uma política de governo, e não, uma política de Estado. Além disso, a sociedade não está ciente da finalidade do ser professor, por isso não entende quando reivindicamos nossos direitos com a esperança de uma vida profissional melhor. O professor de hoje não está desaparecendo, mas enfrentando uma crise em sua identidade profissional, porquanto a sociedade globalizada do Século XXI exige um docente diferente dos séculos passados. Por isso, atualmente, não basta gostar de criança, é preciso criar o conhecimento e difundir-lo.

Baseado nisso, Freire (*apud* Gadotti, 2002) resume afirmando que, para ser um bom professor, numa sociedade voltada para a aprendizagem, é necessário gostar do que faz. Isso porque só aprendemos quando colocamos emoção no que aprendemos. Por isso é necessário ensinar com alegria. Nossas escolas continuam preocupadas em ensinar e não param para pensar sobre o que é ensinar, como se aprende, porque se aprende.

Libâneo (1994) enfatiza que a formação de professor é tão extensa quanto sua experiência profissional, pois, antes de terminar o curso, algumas pessoas já exercem a profissão docente. O autor enuncia que muitos estudantes, durante o curso de formação inicial, já vivenciaram alguma experiência como professores, seja em uma situação fictícia ou em alguma situação real. Assim, para formar professores bem qualificados, é necessária uma nova postura do educador, que deve estar voltado para as tendências contemporâneas e saber lidar com o sujeito da pós-modernidade.

A escola do Século XXI é composta por alunos em situação de fracasso escolar, oriundos das classes populares e das diversas formas de marginalidade. Esse fato é um agravante para a educação, pois os professores não receberam uma formação adequada para essa realidade. Esse é, por si mesmo, um fato interessante, pois nos leva a refletir sobre duas hipóteses que explicam o fato de professores não saberem lidar com essa clientela: ou a maioria dos professores que atuam em contextos de educação inclusiva não tem formação adequada, ou uma imensa quantidade de brasileiros em situação de marginalidade apresenta severos distúrbios de aprendizagem.

Nos anos de 1980, o campo educacional ganhou um novo enfoque - o de realçar a condição social para as salas de aula. Durante alguns anos, os conteúdos trabalhados em

sala de aula foram destinados apenas para a formação técnica de preparação para o mercado de trabalho, e a vivência do aluno era desconsiderada. Em outras palavras, houve uma mudança na função da educação e na vida do professor. Entretanto, de acordo com Senna (2008), na prática da vida de professor, não se tem presenciado mudanças, porque o educador continua trabalhando conteúdos tradicionais, e a exclusão ainda é frequente, pois, quando o índice de evasão, fracasso escolar e reprovação é alto, é sinal de que nem todos estão aprendendo.

No início dos anos 2000, movida pelas disposições legais que propunham reformas nos currículos de formação de professores, a educação viu-se diante da possibilidade de corrigir o lapso provocado pela orientação tecnicista do Século XX. Entre discussões sobre o tempo mínimo de titulação, o regime de curso, a quantidade de horas de estágio, a solução de problemas quanto à adequação entre teoria e prática, enfim, sobre o modo de formação, passou ao largo a discussão essencial quanto ao saber que, objetivamente, o professor precisaria ter para se tornar agente de educação inclusiva (Senna, 2008).

As últimas pesquisas realizadas pelos estudiosos da educação relataram que o número de profissionais na área de educação tem aumentado cada vez mais, e o índice maior é de mulheres. E logo após a aprovação da LDB, a maioria dos professores tem curso superior, um requisito da legislação para a permanência em sala de aula, isto é, para melhorar a educação brasileira e concentrar os professores na educação básica.

Tardiff e Lessard (2009) abordam que, durante muito tempo, o trabalho docente foi considerado uma ocupação secundária e periférica em relação às demais profissões. Atualmente, a escola tem a função de preparar a mão de obra para a realidade capitalista, tornando-se uma fábrica de cérebro para a produção.

É viável destacar que a docência é uma das mais antigas ocupações modernas, longe de ser uma profissão periférica em relação à economia, e não se pode pensar em desenvolvimento sem levar em consideração os fatores educacionais, que são dominantes no processo de socialização e formação nas sociedades modernas. A educação vai além do espaço escolar, e a escolarização se constitui como uma forma de institucionalização de um novo campo de trabalho porque

Desse modo, o que se negligencia no trabalho escolar é que a escola, assim como as outras instituições sociais e produtivas, é composta por agentes e para existir e perdurar, é necessária a ação desses agentes, ou seja, entra em foco o trabalho dos

professores e, mais amplamente, do trabalho escolar. Esses fatores norteam o trabalho do professor, pois sua ação pedagógica é direcionada pelos objetivos impostos pela sociedade capitalista, é como se o profissional da educação fosse “obrigado” a dar uma resposta à sociedade.

Assim, é preciso relacionar a questão da profissionalização do ensino à questão do trabalho docente, pelo fato de a profissionalização colocar concretamente o problema do poder na organização do trabalho escolar e do professor. Esses fatores não devem estar dissociados, mas interligados. Cabe realçar o objeto humano como fator transformador da natureza do trabalho docente, afinal, ensinar é trabalhar com humanos, sobre seres humanos e para seres humanos, e o aluno deve ser o centro das atividades pedagógicas, especificamente do educador.

Muitos autores retratam a docência como um trabalho cognitivo, por causa da ênfase nas informações e no conhecimento, em que a escola é uma fábrica de produção intelectual, cuja função é de trabalhar com as ideias, formar a mente humana para o agir industrial, a máquina do conhecimento. Outro dado importante é que, na escola, como empresa, os clientes são os alunos, pela ótica do neoliberalismo, no entanto, não é esse cliente que procura os serviços, eles são obrigados, de certa forma, a estarem ali.

Com base na situação descrita acima, é viável destacar que o objetivo central do trabalho do professor, durante muitos anos, era visto como o de obedecer às imposições do sistema educacional. Desde então, os educadores são vistos como agentes sociais investidos de uma multidão de missões, variáveis segundo as ideologias e os contextos políticos e econômicos vigentes.

Estudos de Tardiff e de Lessard (2009) mostram, todavia, os docentes como atores que investem na educação e que, com seu trabalho, dão significado ao conhecimento, trazendo benefícios e contribuição para a sociedade, porque o trabalho educativo vai além de uma mera tarefa de executar algo, é uma atividade de pessoas e entre pessoas. No que diz respeito à disciplina em sala de aula, Foucault (1975) configura que isso repousa sobre a dicotomia entre o espírito e o corpo dos discentes, a qual se fundamenta no centro da cultura escolar e moderna.

Nesse sentido, ensinar é agir na escola e na sala de aula, em prol da aprendizagem dos indivíduos. Mas a docência não é só uma atividade, é também um status, uma posição social, uma identidade, dentro do espaço escolar e fora dele. Sobre isso, Tardiff e Lessard (2009) afirmam que, desde o surgimento da docência, ela se configura como uma escola,

espaço organizado socialmente para atuação do processo de ensino e aprendizagem. Ela é marcada pela codificação e pela burocratização dos agentes que trabalham na escola:

Resultados e discussão

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica evidenciam que as políticas públicas educacionais brasileiras têm desempenhado papel central na organização da formação docente e na estruturação da prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental. Observa-se que, a partir das reformas educacionais dos anos 1990, houve uma intensificação das ações governamentais voltadas para o currículo, a avaliação e a formação de professores, com o objetivo de promover a qualidade da educação e melhorar os resultados do sistema educacional.

Outro resultado relevante refere-se à valorização da formação inicial e continuada como elemento essencial para a melhoria da prática docente. Os estudos analisados apontam que o professor é o principal agente das transformações educacionais e que sua qualificação profissional está diretamente relacionada à qualidade da educação. Nesse sentido, a formação docente passa a ser vista como um processo contínuo, que envolve a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências pedagógicas e a compreensão das demandas sociais e culturais presentes no cotidiano escolar.

Além disso, os resultados indicam que as políticas educacionais também têm enfrentado desafios significativos, como a centralização das avaliações, a responsabilização do professor pelos resultados educacionais, a falta de articulação entre teoria e prática na formação inicial e as condições de trabalho docente. Esses fatores demonstram que, apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda existem entraves que dificultam a consolidação de uma educação de qualidade nos anos iniciais do ensino fundamental.

Dessa forma, os resultados apontam que as políticas públicas educacionais contribuíram para a organização do sistema de ensino e para o fortalecimento da formação docente, mas ainda é necessário avançar na valorização profissional, na melhoria das condições de trabalho e na construção de uma prática pedagógica mais contextualizada com a realidade dos alunos.

A análise dos resultados evidencia que as políticas públicas educacionais têm buscado responder às demandas da sociedade contemporânea, especialmente no que se refere à formação docente e à melhoria da qualidade da educação. No entanto, ao confrontar os resultados com a literatura apresentada, percebe-se que existe uma

contradição entre o que é proposto pelas políticas educacionais e o que é vivenciado na prática escolar.

Gatti, Barretto e André (2011) destacam que as políticas curriculares e de avaliação têm contribuído para a organização do sistema educacional, mas também têm gerado uma centralização das decisões e uma pressão sobre os professores, que passam a ser responsabilizados pelos resultados da aprendizagem. Essa análise reforça a ideia de que as políticas educacionais precisam considerar não apenas os indicadores de desempenho, mas também as condições reais de trabalho docente e o contexto escolar em que os professores atuam.

Outro aspecto importante refere-se à formação inicial e continuada dos professores, que, segundo Tedesco (2010) e Freitas (2007), deve ser articulada com as necessidades da escola e com as transformações sociais. A literatura aponta que a formação docente ainda apresenta fragilidades, especialmente na relação entre teoria e prática, o que dificulta a atuação do professor no cotidiano escolar e compromete a qualidade do ensino.

A discussão também evidencia que as políticas de diversidade, currículo e inclusão precisam estar articuladas com políticas de igualdade e valorização profissional, para que a educação cumpra sua função social de formar cidadãos críticos e participativos. Nesse sentido, a formação docente deve considerar o contexto multicultural da escola e preparar o professor para lidar com as diferentes realidades presentes na sala de aula, promovendo uma prática pedagógica mais democrática e inclusiva.

Diante dessa análise, percebe-se que os resultados do estudo confirmam a literatura apresentada inicialmente, ao evidenciar que a formação docente é um elemento central para a melhoria da educação, mas que sua efetividade depende de políticas públicas mais integradas, de melhores condições de trabalho e de uma formação que dialogue com a realidade escolar. Assim, a discussão dos resultados reforça a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores e na valorização da profissão docente como estratégia fundamental para a construção de uma educação de qualidade.

Conclusões

O estudo analisa as políticas públicas educacionais e sua relação com a formação docente nos anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados mostram que o professor assume papel central no processo educativo. A prática pedagógica se organiza a partir das diretrizes curriculares. Os programas de formação contribuem para a melhoria do ensino.

A escola se adapta às demandas da sociedade contemporânea. A educação se estrutura com base na valorização do professor.

O estudo identifica desafios na implementação das políticas educacionais. A centralização das avaliações limita a autonomia docente. As condições de trabalho dificultam a prática pedagógica. A formação inicial apresenta fragilidades na articulação entre teoria e prática. A valorização profissional ainda se mostra insuficiente.

O trabalho conclui que a formação docente influencia diretamente a qualidade da educação. As políticas públicas precisam garantir formação continuada, melhores condições de trabalho e valorização profissional.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (p. 2).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, DF: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Ações Articuladas (PAR)**. Brasília, DF: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Brasília, DF: MEC, 1990.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. (p. 2)
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975. (p. 9)
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, 2007.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- NETO, Alexandre de J. S.; RODRIGUEZ, Margarita V. **O público e o privado na educação: as políticas educacionais e o movimento dos educadores**. (Local: Editora), 2007. (p. 4)
- SENNA, Luiz Antonio. **Formação de professores e educação inclusiva**. Rio de Janeiro: WAK, 2008. (p. 8)
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **A formação de professores para a educação básica**. São Paulo: Xamã, 2010. (p. 6)
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TEDESCO, Juan Carlos. **Educação e sociedade do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- VAILLANT, Denise. **Atrair e reter bons profissionais na carreira docente: o que se sabe e o que se pode fazer**. Brasília, DF: UNESCO, 2006. (p. 5).